

# **Autogestão e Economia Social e Solidária (ESS): Fragmentos da federação brasileira entre seus limites e suas possibilidades**

Resultado de investigação finalizada

GT18: Restruturação produtiva, trabalho e dominação social

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi  
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)  
E-mail: sandrosguarezi@gmail.com

## **Resumo**

O texto com base em estudos na federação brasileira mostra como limites da autogestão: falta de formação, falta de cultura autogestionária, falta de crédito, ausência de um marco regulatório e relações de autogestão restritas às relações internas dos empreendimentos. Dentre as possibilidades destaca-se: o resgate da auto-estima; da dignidade dos sujeitos da economia solidária, forte capacidade de inclusão das pessoas, a busca da autonomia/emancipação e da cidadania manifesta na vontade desses sujeitos de participar das decisões dentro e fora dos empreendimentos. O compromisso de construir novas relações de trabalho, de lutar por políticas públicas que atendam o setor e a disposição de ocupar e avançar nos espaços públicos. Além do forte impacto desses empreendimentos no processo de democratização econômica.

**Palavras-Chave:** autogestão, economia solidária, relações de trabalho.

## **1-Introdução:**

As transformações sócio-econômicas das últimas décadas trouxeram consequências ao mundo do trabalho, influenciando os rumos do Brasil de forma significativa. O Estado de Mato Grosso, não ficou imune ao impacto dessas transformações. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país que fez do Mato Grosso um Estado rico por natureza (formado por três biomas: Cerrado, Pantanal e Amazônia) e excludente por opção, visto que o Estado acumulou passivos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Em resposta a esses problemas surgiu a economia solidária com base na autogestão como uma alternativa para a democratização econômica. Que exige dos trabalhadores a transcendência paradigmática da heterogestão para a autogestão e coloca o desafio da democracia como modo de vida.

Aqui são apresentados fragmentos de uma tese de doutoramento que perseguiu o objetivo de identificar os limites e as possibilidades da autogestão em EES no Estado de Mato Grosso.

## **2- Desenvolvimento**

A subordinação do Estado Brasileiro aos interesses do capital permitiu o avanço do agronegócio para o interior do país, e o Estado de Mato Grosso se tornou refém desse processo de expansão da fronteira agrícola. A ocupação de áreas de cerrado no centro-oeste brasileiro a partir dos anos de 1970 fez com que o crescimento populacional no Mato Grosso alcançasse taxas de 6,6% ao ano. Os dados (IBGE, 2007) apresentados pela categoria de População recenseada e estimada mostravam uma taxa de crescimento de 1,89% ao ano. Em 2010 “Mato Grosso possuía 3.033.991 habitantes. Isso representa

apenas 1,59% da população brasileira e a maioria dos matogrossenses reside em áreas urbanas (82%), a população rural compreende 18% (IBGE, 2010). Se no Estado, incluindo o interior, a maioria da população está na zona urbana essa situação se agrava nos grandes centros. A capital Cuiabá tem 551.350 habitantes, desses apenas 10.348 estão na zona rural. Várzea Grande, segunda maior cidade do Estado tem 252.709 habitantes, e apenas 3.880 na zona rural. Somando os habitantes da zona conurbana da capital (população de Cuiabá e Várzea Grande), com 804.059 habitantes, sendo que apenas 14.228 estão na zona urbana. Ou seja, o total da população da área rural na zona conurbana não chega aos 2% e a população urbana ultrapassa de 98% do total de habitantes.

No Estado de Mato Grosso o processo de urbanização não garantiu as mínimas condições de vida na cidade para os excluídos do campo, ampliando as desigualdades e reproduzindo problemas de grandes metrópoles. Questões sociais como a violência, desemprego, fome, miséria são velhos problemas que tomam novas formas, mas no paradigma capitalista eles se reproduzem sem novas perspectivas. A reinvenção social da modernidade tornou as cidades, os espaços urbanos e amontoados de gente expulsa do campo pela introdução do modo de produção capitalista na agricultura representada pelo agronegócio. A tecnificação e a utilização de insumos industriais não garantem nem o ‘fim da fome’, tampouco a empregabilidade nas cidades. No caso das regiões periféricas, como é o Estado de Mato Grosso, essa situação se agrava ainda mais porque os fornecedores da agricultura a montante em sua maioria estão localizados no sudoeste e no sul do país, portanto, não geram expansão de empregos na zona urbana, isso tem ampliado os problemas sociais nas maiores cidades do Estado. Num Estado de proporções continentais: 906.806.90 km<sup>2</sup>, o debate que urge é: como serão aproveitadas essas terras? Por ter clima e relevo favoráveis à agropecuária, Mato Grosso é, hoje, um dos grandes produtores agrícolas do país<sup>1</sup>, porém, quase nada é industrializado aqui. Sua grandeza nos aspectos territorial, sua localização, sua diversidade ambiental, sua heterogeneidade cultural resultante de sua ocupação territorial não esconde suas mazelas sociais, que exigem um redirecionamento do seu processo de desenvolvimento. Por trás dessa exuberância e desse potencial está a exclusão social. Por isso é pertinente afirmar: Mato Grosso é um estado rico por natureza e excludente por opção.

Nos últimos 20 anos o Estado alcançou uma taxa média de crescimento econômico de 8% ao ano, na realidade o que se observa é que esse ‘dinamismo’ gerou passivos ambientais, sociais e culturais que agridem e excluem a maioria da população e amplia as desigualdades. O Brasil em 2010 passou a ser o maior consumidor de produtos agrotóxicos do mundo. “O consumo cresceu no País, apesar de a área plantada ter encolhido 2% no ano passado”. (PACHECO, 2009). Em estudo orientado pelo professor Pignati<sup>2</sup>, Palma et al (2011), aponta que

Todas as amostras de leite materno de uma amostra de sessenta e duas nutrízes de Lucas do Rio Verde-MT apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxico analisado. Os resultados podem ser oriundos da exposição ocupacional, ambiental e alimentar do processo produtivo da agricultura que expôs a população a 114,37 litros de agrotóxico por habitante na safra agrícola de 2009/2010. Nessa exposição estão incluídas as gestantes e nutrízes, que podem ter sido contaminadas nesse ano de 2010 ou em anos anteriores.

Além disso, as queimadas continuam, e em 2010 voltaram a assolar o Estado. A concentração econômica e fundiária continua a existir, e na atualidade assume novos formatos para atender a

---

<sup>1</sup> Dados da CONAB colocam Mato Grosso como primeiro produtor de: Soja, Bovinos, Algodão, Milho 2ª Safra e Girassol. O segundo produtor de Sorgo e o terceiro de Arroz de sequeiro (CONAB, 2010, p. 5).

<sup>2</sup> O professor Wanderlei Antonio Pignati é professor do Mestrado em Saúde Coletiva - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – CCBSIII, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá. E há mais de uma década estuda o tema. Para aprofundar veja: PALMA, Danielly C. de A. *Agrotóxico em leite materno de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT*. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – CCBSIII, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá.

competitividade exigida pela globalização hegemônica. Grandes produtores rurais endividados ou encurralados pelos altos custos de produção estão arrendando suas terras a grandes grupos agropecuários, muitos deles estrangeiros.

A área de soja explorada por grandes grupos comandados por produtores rurais dobrou em Mato Grosso nos últimos cinco anos. Um levantamento inédito do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea) mostra que os 20 maiores grupos plantaram 1,228 milhão de hectares na safra 2009/10 e responderam por 20% dos 6,217 milhões de hectares cultivados com a oleaginosa no Estado na safra 2009/10. Há cinco anos, estes grupos cultivaram 533 mil hectares, respondendo por 9% do plantio de 6,105 milhões de hectares (APROSOJA, 2010).

Essa é uma ameaça direta a soberania alimentar.

No plano social, o desempenho do Estado está acima da média nacional. Apesar de nos últimos anos os indicadores sinalizam melhorias, o Estado ainda apresenta os menores índices de rendimento da região Centro-Oeste e os maiores índices de desigualdade social. Analisando dados do Ipea (2010) pode-se afirmar que 35,25% da população de Mato Grosso são de pobres. Portanto, reafirmo: Mato Grosso é um Estado rico por natureza e excludente por opção. Dos 3.035.122 habitantes, 1.070.000 se encontram em condição de pobreza absoluta e pobreza extrema.

Na área educacional, o desempenho do Estado é pífio. Outro exemplo concreto da aversão às iniciativas populares autogeridas foi o veto do Governador Blairo Maggi, em 2005, a Lei já aprovada pela Assembleia Legislativa que Instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso<sup>3</sup>. Esse contexto de exclusão exige que os Movimentos Sociais tenham alternativas para a geração de trabalho e renda para a população. Diante da aguda crise ética, cultural, ambiental, social, política desse sistema, a economia solidária se apresenta como alternativa para minimizar o impacto dessas consequências. Primando por práticas ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente pertinentes que emergem nas fissuras do capitalismo, mostrando o caminho da inclusão social e da sustentabilidade para milhares de empreendimentos econômicos a economia solidária amparada no princípio da autogestão busca se consolidar com alternativa efetiva tanto na cidade quanto no campo. Novas perspectivas estão surgindo numa outra ótica societal, de uma sociedade solidária, de uma sociedade autogestionária, assentada nos princípios de *partilha e cuidado mútuo*. Construir formas de superar essas estruturas arraigadas que subordinam todas as demais relações ao capital é imperativo para a nossa civilização. Muitas dessas iniciativas se encontram no campo da economia solidária, que exige a produção de novos conhecimentos para responder a complexidade<sup>4</sup> dessas transformações sócio econômicas. E a economia solidária e a autogestão se inscrevem nessa possibilidade. Na possibilidade do resgate do inédito viável e da esperança. Porém, toda possibilidade comporta também limites e igualmente todos os limites comportam possibilidades.

<sup>3</sup> Com o primeiro Projeto de Lei vetado na íntegra em 2005, a Rede Matogrossense de Educação e Sócio-economia Solidária (REMSOL) se rearticulou e conseguiu mobilizar novamente todos os parceiros, inclusive dentro da Assembleia Legislativa, que organizou a Frente Parlamentar da Economia Solidária e obrigou recentemente, o Governador sancionar a Lei Estadual (8.936/2008), que cria a política de fomento à economia solidária. Porém, apesar das cobranças, até hoje o Governo do Estado não promulgou o Decreto de posse dos membros do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES).

<sup>4</sup> *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade (MORIN, 2000, p. 38).

**Tabela 1: Limites e Possibilidades em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**

LIMITES	POSSIBILIDADES
Falta de formação	Resgate da auto-estima e da dignidade das pessoas
Ausência de cultura autogestionária	Forte capacidade de inclusão das pessoas
Falta de crédito	Consciência pela busca da autonomia, da emancipação e da cidadania
Ausência de um marco regulatório	Compromisso de construir novas relações de trabalho,
Relações de autogestão limitadas ao interior dos empreendimentos	Lutar por políticas públicas
	Consciência na importância de ocupar e avançar nos espaços públicos
	Forte impacto dos EES no desenvolvimento econômico local sustentável
	Busca pelo processo de democratização econômica

O principal limite identificado junto aos entrevistados é a falta de formação. Veja-se o depoimento de uma liderança de empreendimento

Hoje ainda, o principal limite é a falta de formação do que é realmente a economia solidária. A falta de formação para participar. Para saber o que fazer no movimento a partir da nossa realidade. Nós temos que falar mais da nossa realidade. Precisa formação para diferenciar o individual do coletivo. As pessoas depois que sabem o que é economia solidária se apaixonam porque ela transforma a vida das pessoas... Por isso eu acho o maior limite a formação. Se as pessoas tiverem formação as coisas acontecem. Não só aqui no nosso município, mas em todo o Brasil, a partir do momento que você der formação, visitar, conhecer, explicar a diferença entre você trabalhar no individual e no coletivo as pessoas começam a se apaixonar pelo movimento, se apaixonar pelo que faz, e aí começa a transformação de vida deles. Está começando a autogestão. Mas tem que ter mais formação. Tem que trabalhar mais a formação, noção dos direitos que a gente tem. Como fazer? O que é economia solidária? Tem que trabalhar a formação pra cidadania pra dignidade das pessoas. Isso é autogestão. Isto é economia solidária. Mais informação, mais formação, mais consciência das pessoas de como fazer as coisas de como conseguir entrar nos planos dos governos nas leis (OLIVEIRA, 2010).

A formação da qual a entrevistada fala, é uma formação política qualitativa para a imersão dos sujeitos na sua realidade, na compreensão de seu contexto. Um contexto de exploração, um contexto de cerceamento de direitos para muitos e de privilégios para poucos. Esse contexto exige uma formação que supere o limite do individualismo, respeite os indivíduos e possibilite um agir coletivo consciente, reflexivo e propositivo capaz de promover transformações sociais a que se propõe um projeto que coloca a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento* e os desafios que isso implica. Nesse sentido “A energia deve centrar-se na valorização da diversidade dos saberes para que a intencionalidade e a inteligibilidade das práticas sociais seja a mais ampla e democrática” (SANTOS & MENESES, 2009, p. 18).

O processo de formação é particularmente importante no sentido dos sujeitos assumirem o protagonismo, mas um dos grandes limites desse processo é romper a visão elitista, tecnicista de educação. É fundamental superar a visão fragmentada de mundo. Nesse sentido é importante compreender que esse processo de re-ligação perpassa pela ideia da *práxis*.

Eu creio que a compreensão da ideia de práxis. A leitura gramsciana, associando a Paulo Freire em sua pedagogia da práxis parece uma boa resposta. Isso significa que a gente tenha um projeto para implementar isso que articule várias coisas ao mesmo tempo. É preciso ter uma visão sistêmica do processo porque não adianta a gente chegar numa comunidade, fazer formação para essa comunidade sem organizar a produção e não adianta querer organizar a produção sem o processo de formação. Um dos desafios que temos é esse. Ter um projeto claro, objetivado, construído coletivamente para podermos alcançar e executar essas ideias no seu conjunto. A ideia de formação. Formação técnica e política. A ideia da organização da produção, a ideia da comercialização. Quer dizer a ideia de gerar a experiência concreta do trabalho associado baseado na economia solidária (ZART, 2010).

Religar a educação formal a educação popular, a formação técnica à formação política e a organização da produção ao processo de comercialização é um exercício de aprendizagem coletiva que pode contribuir nesse processo de formação e organização popular.

Você só vai aprender a gerir coletivamente se você experimentar, se você aprender fazendo. Para mim os empreendimentos coletivos têm essa dupla função: tanto sobreviver e manter os grupos como também mostrar que é possível fazer gestão coletiva com todos os limites que ela apresenta. Então tentar encontrar soluções para os limites é um processo de construção. É um processo de educação [é um ato pedagógico], você tem que aprender a gerir de outra forma coletivamente, não tem outra solução. Não tem como pegar fila para ser solidário (SARDÁ DE FARIA, 2010).

Percebe-se que o processo de formação exige um novo *paradigma*. O *paradigma* de construção coletiva de aprender a aprender *fazendo* que transcenda o individualismo que permeia as relações sociais, culturais, políticas e econômicas e conduza a formação para a autogestão. Os movimentos sociais chamam para si o desafio da educação numa lógica de organização autogestionária e enquanto se organiza a produção torna-se uma questão de necessidade, de subsistência, mas igualmente da busca da autonomia. Compreender essa lógica que os EES praticam exige compromisso com a cidadania, com a responsabilidade coletiva, porque ser dono num empreendimento coletivo não pressupõe uma relação verticalizada, mas sim compreender um processo de organização horizontal de relações amplamente democráticas e isso esbarra no inconsciente coletivo. Ao colocar a autogestão para além do processo produtivo é possível vislumbrar um projeto político de sociedade. Embora a autogestão se coloque como mais uma alternativa contra-hegemônica, seu objetivo não é a hegemonia, enquanto um embrião de coisas novas, seu objetivo é aglutinar pessoas que juntas, embora na sua diversidade, em sociedade possam superar suas contradições e pavimentar novos caminhos rumo a *outro mundo possível*.

Por outro lado, se faz urgente consolidar um referencial teórico. Um referencial que possibilite compreender e alavancar o processo e garanta sua credibilidade e seu compromisso popular sem se tornar um modismo. Reflete-se, aqui, sobre a necessidade de um diálogo entre a formação técnica e a formação política, que supere o reducionismo, que a modernidade encorajou. Precisa-se de um referencial teórico inter e transdisciplinar, que possa, além de compreender e re-ligar, também, inter-relacionar os fenômenos. Portanto, precisa-se de uma nova forma de ler o mundo, em um mundo vivo, em processo permanente de construção. Visto que existem limites para a consolidação da autogestão. Principalmente quando se propõe a fazer autogestão numa sociedade capitalista. Para Sardá de Faria (2010)

Autogestão no sistema capitalista encontra uma série de limites estruturais [...] os meios de produção não foram feitos nem pensados para esse tipo de relação social. Então o primeiro

limite é a tecnologia, em várias empresas recuperas nas quais os trabalhadores se apoderam dos meios de produção a primeira coisa que eles fazem é tentar reorganizar o processo de trabalho para ver como eles podem conversar durante o processo e ir ajustando a produção no momento em que eles vão produzindo, não deixam para ajustar depois. Então o primeiro debate é como se apropriar de uma tecnologia existente e transformá-la em uma tecnologia autogestionária que possa servir a autogestão. Esse para mim é o primeiro limite.

Isso reafirma a importância de aproximar a universidade desse processo. A academia é uma importante aliada no processo de reflexão e de construção de conhecimentos e tecnologias sociais capazes de superar os limites de formação tecnicista no sentido de desenvolver tecnologias sociais que dêem respostas para as demandas de humanizar o trabalho. A economia solidária promove a transformação social, e seu foco não está apenas na produção, mas na possibilidade de construir relações sociais que ultrapassem os vínculos das relações de trabalho. Essa capacidade de humanizar-se de *ficar de bem consigo, de bem com o próximo, de bem com o seu coletivo*, aflora resgatando a humanidade que se perdeu com a modernidade.

A autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro, assim a autogestão promove o re-encantamento do humano. Simultaneamente busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida, não apenas no trabalho. Partindo do pressuposto de que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29), a autogestão é uma forma de libertação. Para Ramos (2010) “*Uma realização concreta da autogestão é a possibilidade é o reencontro com o sujeito; O indivíduo, passa a se ver como um sujeito e ter uma autonomia dentro do seu processo de trabalho*”. E essa autonomia emancipa e liberta. O que não quer dizer que esse reencontro fique restrito ao processo de produção. A primeira possibilidade da economia solidária é ressignificar o trabalho. Cabe aos trabalhadores a busca por essa liberdade, sabendo “Que a liberdade é uma conquista, e não uma doação e exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz [...] É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos” (FREIRE, 1987, p.18). Esses seres inconclusos, nesse processo, também inconcluso responsabilmente colocam sua capacidade de *resistência contra-hegemônica* à serviço de criar uma ambiência favorável ao processo de aprendizagem coletiva e de realização no trabalho, num mundo moderno dominado pelo estresse e por doenças como a depressão essas conquistas parecem significativas.

A vivência nos EES, os fóruns de debates, plenárias, conferências e outras instâncias da economia solidária são o lócus privilegiado das contradições, das disputas, dos consensos provisórios que paradoxalmente coloca nos mesmos espaços os limites e as possibilidades da autogestão. Daí a afirmação pertinente de que

Não adianta a gente ficar cheio de utopia, de ideais, ficar falando da importância do processo de cooperação se a gente não estiver sujando as mãos das nossas diferenças, dos nossos conflitos e colocando isso na balança do dia-a-dia. É nesse processo, que a gente aprende exercitar esse bem tão precioso que é a democracia que é tão difícil de conquistar. Por isso que eu vejo a economia solidária, e a autogestão como uma escola do cotidiano que nos fortalece a partir de muita prática na economia solidária e a partir daí a gente começa a propor algo para o mundo (TYGEL, 2010).

Essa reflexão coloca “[...] o desafio da democracia como modo de vida” (WANDERLEY, 2009, p. 34). O exercício de práticas democráticas é que vai garantir um conjunto de relações sociais, de produção e comercialização horizontalizadas. É imperioso que se supere a cultura do individualismo e as estruturas hierárquicas verticalizadas próprias da sociedade hegemônica. Mas esse exercício requer a transcendência do modo de pensar e de agir em todos os espaços públicos do cotidiano. Requer não

um repensar apenas, mas um fazer, uma ação comprometida como a lógica da cooperação e do solidarismo.

A maioria dos entrevistados afirma que precisa haver uma mudança *paradigmática* das relações das pessoas dentro dos empreendimentos, na vida, no cotidiano. É necessário que nesses espaços se crie laços de confiança tão caros na modernidade. Ser dono, não pressupõe cultivar uma cultura autoritária. Nesse caso ser dono implica ter a autonomia necessária para garantir a responsabilidade individual e coletiva no processo de tomada de decisão, no agir coletivo, na ação com o outro em condições de igualdade. Ações dessa natureza restauram as condições para o florescimento de relações de reciprocidade e confiança e esse é um processo que leva tempo para se concretizar e começa num diálogo acompanhado de uma ação.

Se a fé nos homens é um dado *a priori* do diálogo, a confiança se instaura com ele. A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na *pronúncia* do mundo. Se falha esta confiança, é que falharam as condições discutidas anteriormente. Um falso amor, uma falsa humildade, uma debilitada fé nos homens não podem gerar confiança. A confiança implica no testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança (FREIRE, 1987, p. 46).

Alcançar essa relação de confiança e adquirir autonomia não é uma coisa mecânica, fácil. Se a autonomia e a confiança não são estabelecidas por decreto é impositivo que se estabeleça uma reflexão sobre as ações estratégicas para a sua conquista, pois o trabalho livre e associado encontra-se inextricavelmente ligado à transformação social que para ser sustentável e duradoura exige uma relação de confiança. Singer (2010) também enfoca a importância da confiança “Para empreendimentos de pequena dimensão em que as pessoas estão muito juntas a autogestão realmente não é difícil, é preciso que as pessoas tenham confiança umas nas outras, enfim se gostem, se tiverem relações de ódio, repulsa etc, aí é muito complicado, a ideia de solidariedade é essencial”. Um fator limitante para o desenvolvimento pleno da autogestão é o tamanho do empreendimento. Parece que existe um consenso de que nos pequenos empreendimentos o exercício da autogestão fica mais fácil. Nos pequenos empreendimentos há uma forte tendência de não separar o trabalho da vida e a vida do trabalho e as relações de estranhamento no trabalho são praticamente eliminadas por si só essa realidade já facilita o processo de democratização na tomada de decisão. A distância entre o ideal e o real está justamente no tamanho da organização, mas nem por isso o processo deve ser menos democrático. Não existe a mínima possibilidade de promover uma sociedade solidária se ela não se sustentar no princípio da autogestão.

Autogestão é um dos conceitos básicos dos princípios **suleadores**<sup>5</sup> da Economia Solidária. É uma forma de se estabelecer relação dentro do trabalho que perpassa e adentra na forma como se conduz a própria vida em sociedade. É uma prática quase que inexistente dentro da dinâmica organizacional da nossa sociedade e por isso mesmo se torna um processo um

---

<sup>5</sup> Em contraposição aos princípios norteadores da visão hegemônica que indicam o norte como referência. A entrevistada usou a expressão **suleadores** para se referir ao “Sul aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo [...] que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados [...] As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes, chama-se ecologia de saberes (SANTOS, 2006) in: (SANTOS; MENESES, 2009, p. 12-13).

tanto quanto complexo de ser apropriado. É um processo de aprendizagem do exercício da autonomia e cidadania plena (FERREIRA, 2010).

Apesar das dificuldades essa realidade se concretiza em todos os cantos do país. As pessoas passaram a acreditar que *outro mundo é possível*. As pessoas passaram a acreditar que o trabalho coletivo não é só uma promessa, é uma realidade concreta que depende única e exclusivamente de cada membro do grupo. Que cada sujeito pode contribuir com o grupo e que cada grupo pode retribuir e partilhar seus saberes e conhecimentos com base na reciprocidade, na solidariedade e assim o conjunto de coletivos ganha cada vez mais adesão e força e essas relações de solidarismo em rede estão mais presentes no campo do que na cidade. Observou-se que a economia solidária através das redes de produção e de consumo está contribuindo significativamente para promover o diálogo e a aproximação desses setores por meio de iniciativas autogestionárias baseadas no comércio justo e solidário e no consumo consciente. Apesar de incipiente o diálogo da economia solidária e da autogestão com outros movimentos sociais vem ocorrendo. Essa é uma lacuna a ser preenchida. A autogestão não pode ficar circunscrita no âmbito dos empreendimentos. Um dos desafios do Movimento da Economia Solidária é se aproximar dos diversos movimentos sociais e definir estratégias e ações conjuntas que contribuam para repensar a sociedade e não só as práticas econômicas.

Outro fator limitante encontrado no percurso da pesquisa foi a falta de crédito. Os princípios da autogestão são contraditórios aos princípios do *laissez-faire* e quando os EES precisam de crédito geralmente eles não têm os pré-requisitos exigidos pelo mercado. Apesar dos editais e de políticas públicas que fomentam os EES esses volumes são irrisórios. As dificuldades passam pelo problema da informalidade de alguns grupos, e chega a falta de garantias exigidas como bens de raiz ou mesmo um aval. Não existe uma cultura de acesso a crédito por parte dos empreendimentos. Ao mesmo tempo, também não existe uma cultura das instituições financeiras para atender essa demanda específica. Existe uma inadequação do sistema. Não existe disponibilidade de crédito suficiente nem para capital de giro nem para investimentos. Faltam recursos tanto para os empreendimentos, quanto para as instituições de apoio, conforme destaca Cavalcanti (2010): “Um desafio que eu observo é a falta de fomento, a falta de acesso a recursos que viabilize esses empreendimentos, e viabilize principalmente as entidades de apoio a desenvolverem um trabalho de apoio mais efetivo junto aos empreendimentos para tornar efetivo esse processo de formação”. O problema não é só a falta de preparo para lidar com o crédito, mas a falta de crédito. Creio que esse é um problema a ser mais bem investigado. Será que as instituições de crédito não liberam crédito por falta de capacidade para a gestão desse crédito? Embora se perceba um movimento de expansão de linhas de crédito e investimento os valores ainda são irrisórios para atender a demanda dos EES, e as burocracias praticamente intransponíveis.

Porém, não basta apenas crédito, é necessária a educação financeira para se ter a utilização do crédito de forma consciente. Para não tornar o processo de financiamento um processo paternalista. As pessoas precisam ter responsabilidade com o crédito por dois motivos: primeiro porque não podem ficar escravas do dinheiro e segundo porque os recursos financeiros são parcos e precisam retornar para as comunidades para retro-alimentar o sistema. É o caso dos fundos rotativos solidários. São muitas as experiências dessa natureza. Nem sempre os fundos rotativos solidários exigem a devolução dos recursos. Os três segmentos que fazem o Movimento da Economia Solidária enfocam a preocupação com o crédito, mas ambos têm a clareza de que o problema não se limita a isso.

Portanto, é fundamental travar um diálogo com os consumidores no sentido de criar redes de consumo plugadas a redes de produção comprometidas com os princípios da economia solidária. Por outro lado é urgente se preocupar com a consolidação de políticas públicas de fomento às finanças solidárias apoiando iniciativas já existentes e fortalecendo a institucionalização de iniciativas de financiamento de EES. O desafio é colocar o Estado a serviço da sociedade. O que nos remete para outro limite da autogestão que é a questão cultural e suas perspectivas para um Estado rico por natureza, mas excludente por opção.

### 3- Conclusão

Na verdade este é um trabalho inconcluso, portanto, creio ser pertinente deixar esse espaço aberto para o diálogo em torno de suas contradições.

### 4- Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APROSOJA). Vinte grupos concentram 20% da área plantada de soja em MT. Agência Estado. 18 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/novosite/noticiav.php?noticia=10964>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DE ABASTECIMENTO (CONAB). In: Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso (FAMATO). Abr. 2010. Disponível em: <[http://www.famato.org.br/site/arquivos/2010\\_04\\_26\\_Prioridades\\_do\\_Setor\\_Produtivo\\_\(Apresentacao\\_dados%20MT\).pdf](http://www.famato.org.br/site/arquivos/2010_04_26_Prioridades_do_Setor_Produtivo_(Apresentacao_dados%20MT).pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 17ª edição. 23ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. População recenseada e estimada. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2010. Mato Grosso registra uma diferença salarial entre a população pobre e rica de 2.700%. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4589:gazeta-digital-sp-diferenca-chega-a-2700&catid=159:clipping&Itemid=75](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4589:gazeta-digital-sp-diferenca-chega-a-2700&catid=159:clipping&Itemid=75)>. Acesso em 05 out. 2010.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2000.

PALMA, Danielly C. de A. Agrotóxico em leite materno de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – CCBSIII, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá.

SANTOS, Boaventura, de S; MENESES, Maria, P. Epistemologias do sul. Coimbra: CES, 2009.

VILLOTTO Alcenor L. In: SAMPAIO, Amanda. Os estrangeiros e a lei. Produtor Rural, Cuiabá, ano 18, n. 206, set. 2010. p. 24-29.

WANDERLEY, Luiz, E, W. “Crise como momento de reflexão e criação”. In: BEOZZO, José, O.; VOLANIN, Cremildo, J. Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 1. p. 21-34.